

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI DAS ESTATAIS – FORMA ELETRÔNICA

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

VALOR ESTIMADO PÚBLICO

MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA PARA ELABORAR ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA), ESTUDOS AMBIENTAIS E PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PESCADO NA REGIÃO DO VALE DO JAGUARIBE, NO ESTADO DO CEARÁ.

NOVEMBRO/2023

ÍNDICE

1	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	3
3	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.	6
4	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	6
5	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO	7
6	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	8
7	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	14
8	PROPOSTA.....	15
9	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	17
10	ORÇAMENTO DE REFERENCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
11	PRAZO DE EXECUÇÃO.....	20
12	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	21
13	GARANTIA DE EXECUÇÃO	22
14	MULTA	23
15	REAJUSTAMENTO	23
16	ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	23
17	FISCALIZAÇÃO	26
18	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	28
19	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	29
20	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	29
21	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	31
22	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	34
23	CONDIÇÕES GERAIS	34

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 OBJETO: Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), Estudos Ambientais e Projeto Básico de Engenharia para Construção de Unidade de Beneficiamento de Pescado na Região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará.
- 1.2 Código SIASG – CATSER: 43 - Estudos e Projetos Viabilidade Técnico - Econômica de Recursos Naturais

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ANTEPROJETO DE ENGENHARIA (AP) - peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os seguintes elementos:

- a) Demonstração e justificativa do programa de necessidades, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) Condições de solidez, segurança e durabilidade e prazo de entrega;
- c) Estética do projeto arquitetônico;
- d) Parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;
- e) Concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- f) Projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;
- g) Levantamento topográfico e cadastral;
- h) Pareceres de sondagem;
- i) Memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E INFRAESTRUTURA – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

BIM: Building Information Modeling (Modelagem da Informação da Construção) – é a metodologia de desenvolvimento de uma construção virtual que pode incluir todos os aspectos reais de projeto, construção, manutenção e pode ser mantida durante todo o ciclo de vida de uma obra de engenharia.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CONTRATANTE: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada Codevasf;

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CRONOGRAMA (CRO) – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DIAGNÓSTICO E ESTUDO DE ALTERNATIVAS – Documento destinado a demonstrar a sustentabilidade do projeto em termos técnicos, econômicos, ambientais e sociais.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra, regime de execução da obra, fiscalização, recebimento da obra, modificações de projeto, classificação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados na obra em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA) – documento destinado a demonstrar a viabilidade social, técnica, econômica, financeira e ambiental de um projeto específico, com eleição da alternativa de maior consistência nos planos avaliados.

ESTUDOS AMBIENTAIS – são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA): estudos e caracterização de impactos ambientais, suas avaliações e a formulação dos consequentes programas de mitigação e/ou potencialização exigidos pela legislação ambiental brasileira.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

MATRIZ DE RISCOS – cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prorrogação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

NOTA DE EMPENHO: documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;

ORDEM DE SERVIÇO - documento formal emitido pela Codevasf com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do CONTRATO) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PROJETO BÁSICO (PB) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

PROPOSTA TÉCNICA – Documento fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como pelos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais ele se propõe a executar os serviços.

RELATÓRIO DE ANDAMENTO – Documento a ser emitido pela CONTRATADA, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e contratados, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e autoriza-se o início da execução dos serviços.

SERVIÇOS SIMILARES OU CORRELATOS – Projetos elaborados anteriormente com o mesmo grau de dificuldade e controle dos propostos neste Termo de Referência.

14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (14ª SR) – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Fortaleza/Ce, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

14ª GERÊNCIA TÉCNICA REGIONAL (14ª GTR) – Gerência Regional responsável pela elaboração do Termo de Referência e fiscalização da execução dos serviços.

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1 **Forma de Realização:** Lei das Estatais – Forma Eletrônica.

3.2 **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

3.3 **Valor estimado:** Público.

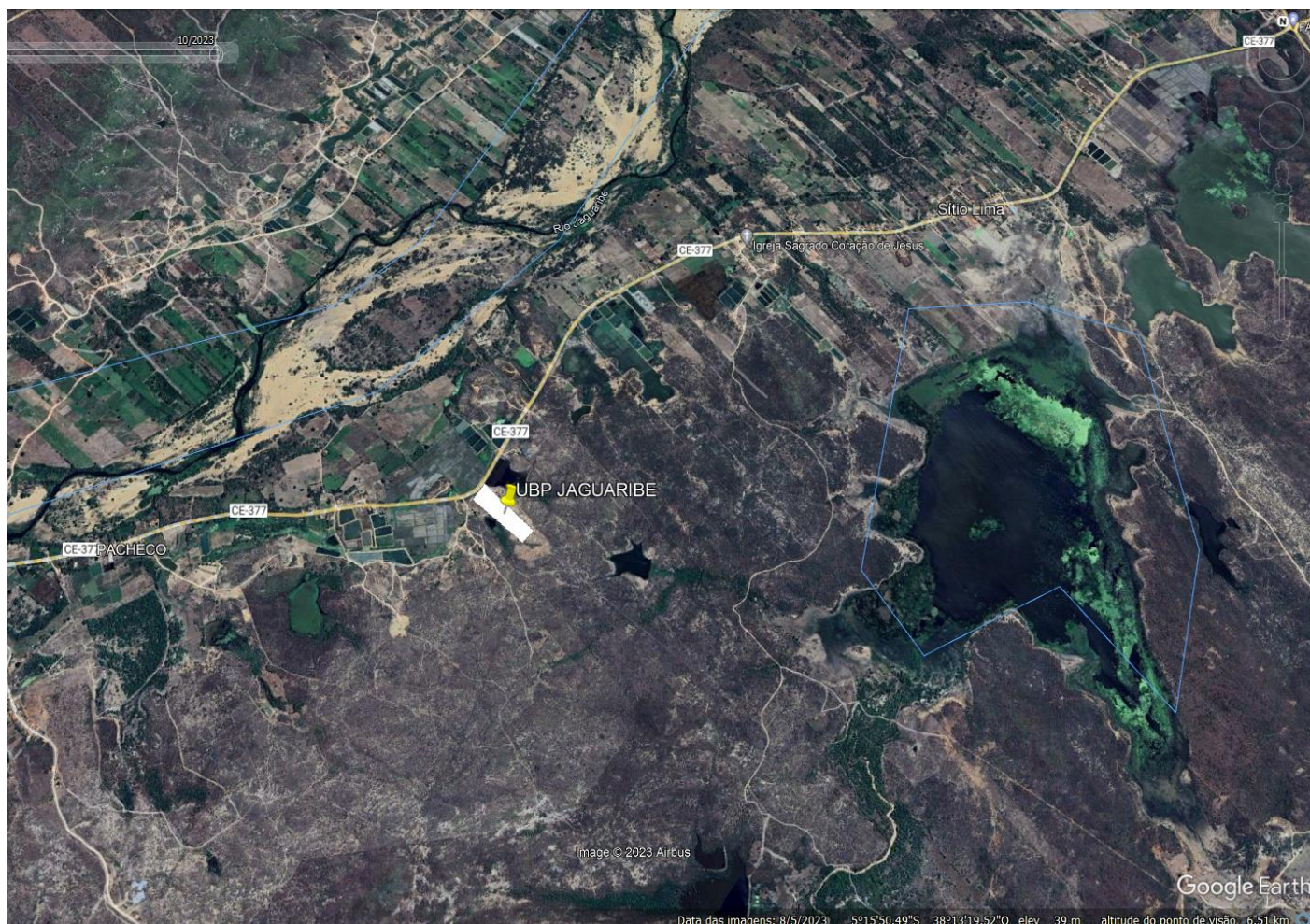
3.4 **Critério de Julgamento:** Menor Preço

4 LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1 Os serviços serão executados no município de São João do Jaguaribe, que está localizado na área da jurisdição da 14ª Superintendência Regional da Codevasf. Estima-se que a área de construção total da Unidade de Beneficiamento de Pescado será em torno de 5.000,0 m² e será implantada em terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal com área de aproximadamente 4,0 ha, localizado às margens da CE377.

4.2 A figura 1, apresenta a localização e o acesso à área dos estudos.

Figura 1 – Localização da área de estudo para implantação da Unidade de Beneficiamento de Pescado.



4.3 Descrição do responsável pela gestão contratual: 14ª Gerência Técnica Regional – 14ª GTR.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

- 5.1 A aquicultura no Brasil tem contribuído para promover a inserção da população no mercado econômico, praticada por famílias de pescadores artesanais e por pequenos produtores rurais. Tal atividade tem favorecido, ainda, o resgate da agricultura familiar e o desenvolvimento das pequenas propriedades. Segundo Produção da Pecuária Municipal - PPM/IBGE (2021), a Aquicultura registrou um valor da produção de R\$ 6.379.684,00, com volume de 648.526 toneladas, em todo território nacional, sendo a produção de peixes (piscicultura) R\$ 4.701.417,00, produzindo 558.981 toneladas; de camarão (carcinicultura) R\$1.667.448,00, com volume de 78.637 toneladas; de Moluscos (malacocultura) R\$ 70.819,00, 10.908 toneladas. Em relação à piscicultura, a tilápia segue como o peixe mais cultivado no Brasil com 361,2 mil toneladas, 64,6% da produção nacional, um montante avaliado em R\$ 2,7 bilhões.
- 5.2 A carcinicultura, principal atividade da aquicultura no Ceará, 42,9% da produção de camarão, perfazendo 33,7 mil toneladas, e um crescimento anual de 38,26% (2021/2020), fez com que o Estado retirasse o Rio Grande do Norte da primeira posição do ranking nacional, sendo que dos cinco principais municípios produtores de camarão do País, quatro se encontram no Ceará: 1) Aracati, 8.698 toneladas; 2) Acaraú, 4.077 toneladas; 3) Pendências (RN); 4) Jaguaruana, 3.396 toneladas; e 5) Beberibe (CE), 3.299 toneladas. Segundo a ABCC (2022), a produção brasileira de camarão de cultivo referente ao ano de 2021 foi de 120.000 toneladas, e no Estado do Ceará concentram-se 1.786 fazendas ativas, cuja área produtiva corresponde a 13.322,52 hectares e a produtividade média anual a 4,17 toneladas por hectare, contribuindo para a produção de 55.618,50 toneladas de camarão, foi identificado 59 municípios com unidades de produção de camarão ativas no Ceará, em Jaguaruana o maior número de fazendas dessa região, com 392 unidades ativas, seguido por Aracati, Limoeiro do Norte, Russas, e Fortim, ocupando as 5 primeiras posições e correspondendo a 57,17% desse total. Em área, destacam-se 2 municípios, onde Jaguaruana segue ocupando o primeiro lugar com 2.425,18 ha, seguida por Aracati com 2.399,33 ha, correspondendo juntos a 36,21% da área total. As maiores áreas produtivas pertencem aos maiores produtores de camarão, mas, neste caso, a ordem se inverte e Aracati desponta como o município com a maior produção de camarão, concentrando 19,06% da produção total, com 10.599,18 toneladas no ano de 2021, seguido por Jaguaruana que produziu 7.850,92 toneladas. Os dois municípios juntos correspondem a 33,17% da produção total do Ceará.

No tocante aos aspectos produtivos das fazendas de camarão do Ceará, a maior parte dos empreendimentos pratica densidades que variam de 10 a 30 camarões por metro quadrado (52,77%), com média de 18,37 camarões por metro quadrado, no entanto as fazendas de porte micro e excepcional praticam densidades superiores. Em relação a comercialização do camarão cultivado 52,64% dos carcinicultores avaliam como péssima, 24,57% consideram regular e 17,42% acham que a comercialização está ruim, sendo que 4,84% e 0,53% acham boa e ótima, respectivamente. O produto é comercializado quase que na sua totalidade fresco. A exceção de apenas 0,9% das fazendas que fazem algum tipo de beneficiamento no próprio local. No documento Identificação, Mapeamento e Caracterização Estrutural de Arranjos Produtivos Locais (Impulsiona Ceará, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais), publicado pelo Instituto CENTEC/ADECE/GOVERNO DO CEARÁ – 2022, menciona, os APLs apoiados ao setor de Aquicultura e Pesca e em relação a Carcinicultura cita:

- Carcinicultura do Vale do Jaguaribe: A atividade em foco se concentra em quatro municípios pertencentes ao Vale do Jaguaribe: Jaguaribe, Limoeiro do Norte Russas e São João do Jaguaribe, contando com 53 estabelecimentos;
- Carcinicultura Jaguaruana: A Região do Litoral Leste do Ceará possui grande concentração da atividade de carcinicultura, em Jaguaruana tem uma grande concentração da atividade, com índice crescente de empreendedores e a CAMMARUS - Central de Criadores de Camarão de Jaguaruana, possui um papel fundamental na governança da atividade. Em pesquisa de campo (2022), verificou-se uma área de cultivo de Camarão Marinho da espécie *Penaeus vannamei* (camarão cinza/camarão

branco do pacífico) de 2.500 hectares de lâmina d'água, mobilizando mais de 300 pessoas no processo produtivo, entre proprietários, trabalhadores, vigias, dentre outros. A entidade possui 150 associados e o produto é comercializado na forma de "camarão in natura", vendido para municípios do Ceará, principalmente Fortaleza. A organização socioinstitucional do APL ocorre por meio da Associação CAMMARUS e a principal modalidade de cooperação do APL se manifesta no compartilhamento de informações com intuito de facilitar a aquisição do licenciamento ambiental e do aprimoramento gerencial das empresas, tendo papel fundamental;

- Carcinicultura Beberibe (Distrito de Parajuru): A Carcinicultura em Beberibe também foi avaliada pelo CENTEC/ADECE/GOVERNO DO CEARÁ como APL na região por meio de visita de campo. A Comunidade produtora começou atividade de criação de camarão em 2002, após a finalização de atividade de salina e da lagosta na região. Os produtores conseguiram concessão da união, em 2001 e criaram a Associação Comunitária dos Produtores de Parajuru – ACCP. Atualmente a associação conta com 50 hectares, possui 73 sócios, dentre eles, 63 atuam diretamente na atividade do Projeto familiar de Carcinicultura. O projeto possui 58 viveiros, com licença ambiental, com a produção sendo vendida "in natura", com gramatura de 10 a 12 gramas. Ao longo do tempo de atuação os associados tiveram diversos treinamentos e capacitações para atuação na área;

- Carcinicultura Litoral Leste: O aglomerado Carcinicultura do Litoral Leste é composto pelos municípios de Aracati, Fortim e Itaiçaba. Aracati concentra a maior parte do trabalho formal relativo à atividade (RAIS) e é o maior produtor de pós-larvas do Ceará, apesar de apresentar uma queda de 28,8% na produção, passando de 6,6 bilhões de PL's em 2020 para uma projeção de 4,7 bilhões de PL's em 2022, o município ainda detém 43,48% da produção no segmento e tem a maior capacidade de produção por dia no beneficiamento, podendo processar 350 toneladas (ABCC, 2022);

- 5.3 A Construção de Unidade de Beneficiamento de Pescado, é uma ação que visa promover o apoio aos micros e pequenos Produtores de Camarão para melhorar a produção agregando valor e melhorando a renda dos mesmos na região do Vale do Jaguaribe.

6 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 A elaboração dos serviços objeto deste TR deverá ser em conformidade à legislação vigente e, em especial, a:

- a. Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e respectivas alterações;
- b. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e respectivas alterações;
- c. Decreto 7.983/2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;
- d. Regulamentações de orçamento da Codevasf, definidos pela tabela divulgada pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi;
- e. Normas NR-10, NR-18 e NR-35, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- f. Normas Técnicas da Codevasf para apresentação de desenhos em CAD;
- g. Decreto nº 10.468, de 18 de agosto de 2020, que altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.
- h. Portaria Nº 518/2004 do Ministério da Saúde;
- i. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, do ponto de vista técnico e regulamentar, o requerido, naquilo que for pertinente devendo respeitar demais Legislação pertinente; e

- j. Código de Obras da respectiva Administração Municipal.
 - k. Normas e Práticas Complementares.
 - l. Práticas SEAP.
 - m. Demais normas estrangeiras pertinentes na inexistência de normas nacionais correspondentes.
- 6.2 Os serviços de engenharia encontram-se quantificados nas Planilhas de Custos dos Valores dos Orçamentos de Referência, que integram este Termo de Referência Anexo II e V.
- 6.3 O escopo dos serviços objeto destes termos de referência contempla serviços de consultoria visando a elaboração de estudos e projetos para a construção de Unidade de Beneficiamento de Pescado na Região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará. Será executado em lote único, divididos em 3 PRODUTOS a seguir:
- E1 - Elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), mediante ordem de serviço a ser expedida;
 - E2 – Estudos ambientais, após a aprovação do (EVTEA); e
 - E3 – Elaboração do Projeto Básico.
- 6.4 Os PRODUTOS, com exceção dos Estudos ambientais (E2), serão subdivididos em RELATÓRIOS PARCIAIS (RPs) e RELATÓRIOS FINAIS (RFs), conforme normas e especificações gerais apresentadas neste Termo de Referência (TR) e anexos.
- 6.5 Os RELATÓRIOS (RPs e RFs) são meio de entrega dos serviços prestados, que servirão como critérios de medição e pagamento, conforme prazos de entrega estabelecidas nos cronogramas físico-financeiros de execução, aprovados pela CODEVASF antes do início das atividades.
- 6.6 O valor de cada RELATÓRIO PARCIAL (RP), quando for o caso, será 20% (vinte por cento) do valor total do produto correspondente, sendo que os demais 80% (oitenta por cento) serão medidos na consolidação do RELATÓRIO FINAL (RF) de cada produto, com exceção dos Estudos ambientais, que será apresentado por meio apenas do RELATÓRIO FINAL, que corresponderá a 100% (cem por cento) do respectivo produto.
- 6.7 A execução dos serviços e elaboração dos relatórios deverão ser considerados os aspectos de engenharia, bem como aspectos relacionados às restrições e condicionantes ambientais e legais que permeiam as soluções que vierem a serem adotadas na elaboração dos estudos e projeto.
- 6.8 A concepção deste projeto será resultado de ampla articulação social e institucional em diversos níveis. Portanto, a consultora deverá considerar esta componente presente no contexto dos trabalhos, para a consecução do objeto proposto nestes termos de referência.
- 6.9 A contratada deverá apresentar o Relatório de Programação de Atividades (RP) para a aprovação da fiscalização e emissão da Ordem de Serviço.
- 6.9.1 O Relatório de Programação tem como principal objetivo servir de referência ao órgão contratante na comparação dos dados projetados com aqueles efetivamente realizados, durante o desenvolvimento dos trabalhos. Devendo conter as seguintes informações:

6.9.1.1 Sumário

a. Apresentação (com Mapa de Situação)

b. Anotação de Responsabilidade Técnica ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo ou Conselho Regional - CAU.

c. Plano de Trabalho

6.9.1.2 Programação dos Trabalhos;

- a. Cronograma Geral e Detalhado das Atividades;
- b. Cronograma de Entrega de Produtos;

6.9.1.3 Recursos

- a. Organograma da Equipe Proposta;
- b. Relação da Equipe Mobilizada e a Mobilizar;
- c. Utilização da Equipe por Serviço.

6.10 E1 - ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL – EVTEA

6.10.1 O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) tem como objetivo analisar, sob uma ótica técnica, socioeconômica e ambiental, a viabilidade de se implantar a Unidade de Beneficiamento de Pescado de modo a atender às necessidades dos produtores do Vale do Jaguaribe. Para isso, o estudo deve abranger no mínimo 3 (três) alternativas de implantação, analisando a viabilidade de cada uma delas e ao final indicar quais alternativas são viáveis, e ordená-las em uma classificação que atenda aos critérios e indicadores descritos neste Termo de Referência. Deve abranger os aspectos sociais, econômicos, ambientais e políticos (legal e institucional), a caracterização física, operacional, administrativa e financeira, bem como outros aspectos identificados no diagnóstico, abordando, no mínimo:

a) Dados gerais da localidade como: localização no estado, características climáticas da região, caracterização dos acessos à localidade, dados populacionais, perfil socioeconômico e demais informações relevantes, considerando também as informações referentes às comunidades rurais;

b) Estudo de reconhecimento do sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem de águas pluviais existentes e de coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos;

c) Levantamentos de campo (topografia) e estudos geotécnicos (sondagem), os quais deverão ser executados conforme as Normas Brasileiras;

d) Programa de Necessidades abordando:

- Identificação da finalidade da obra ou edificação;
- Identificação dos futuros usuários;
- Definição das dimensões necessárias;
- Padrão de acabamento pretendido;
- Equipamentos e mobiliários a serem utilizados;
- Definição das restrições sociais e legais referentes ao empreendimento: Relação de ambientes / usuários / atividades / equipamentos / mobiliário;

- Características;

- Fluxograma do processo produtivo.

6.10.2 Para este estudo, é necessário avaliar a solução de engenharia apresentada neste Termo de Referência assim como apresentar diferentes alternativas, caso sejam identificadas pela empresa contratada.

6.10.3 A solução apresentada deverá englobar os projetos para futuras ampliações da capacidade de produção da Unidade de Beneficiamento de Pescados, conforme as projeções de demandas futuras que também deverão ser previstas no estudo.

6.10.4 Relatórios do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA)

6.10.4.1 O EVTEA será dividido nos seguintes Relatórios:

RELATÓRIO PARCIAL (RPE) contendo:

- E1.1 - Caracterização Geográfica, Demográfica e Justificativas Iniciais;
- E1.2 - Estudo Topográfico;
- E1.3 - Estudo Geológico (sondagem);
- E1.4 – Avaliação dos impactos Ambientais.

RELATÓRIO FINAL (RFE) contendo:

- Conteúdo do Relatório Parcial (RPE) consolidado;
- E1.6 – Avaliação técnica, Socioeconômica e Ambiental das Alternativas;
- E1.7 - Regularização Fundiária;
- E1.8 - Programa de Necessidades.

6.11 E2 – ESTUDOS AMBIENTAIS

6.11.1 A consultora deverá elaborar os estudos e preparar a documentação necessária, visando aquisição de Licença Prévia.

6.11.2 A fase de elaboração dos Estudos Ambientais será posterior à validação do RELATÓRIO PARCIAL DO EVTEA (RPE) e deverá seguir as diretrizes apresentadas pelo Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente, estando sujeito à aprovação por parte do mesmo.

6.11.3 Aspectos abrangentes deverão ser compostos por ações que visem impedir e atenuar os efeitos ambientais adversos, identificados nos aspectos a seguir: aspectos físicos, onde deverão ser observadas as ações no campo da conformação do terrapleno, drenagem, estabilização de taludes; aspecto biológico, onde deverão ser contempladas as atividades relativas à recomposição da cobertura vegetal de áreas alteradas, bem como aquelas de caráter paisagístico; e aspecto antrópico, onde deverão ser tratadas as interferências cotidiano da população local tais como interferências no tráfego devido à movimentação de veículos para carga e descarga, perturbações de ruído, etc..

6.11.4 As informações que possivelmente serão exigidas no Estudo Ambiental pelo órgão ambiental competente estão detalhadas nas Especificações Técnicas ANEXO III.

6.12 E3 – PROJETO BÁSICO

6.12.1 O PROJETO BÁSICO será dividido nos seguintes Relatórios:

RELATÓRIO PARCIAL (RPP) contendo:

- E3.1 – Projeto de Terraplenagem, incluindo no mínimo:
 - Plantas gerais do levantamento planialtimétrico do local com a indicação dos serviços de terraplanagem a serem executados;
 - Seções transversais, em espaçamento compatível com a conformação do terrapleno, com indicação da inclinação adotada para os taludes e das cotas finais de terraplanagem; e
 - Relatório Técnico.
- E3.2 – Projeto Arquitetônico, incluindo no mínimo:
 - Planta de localização e situação;
 - Planta baixa;
 - Cortes e fachadas;
 - Planta de paginação do piso;
 - Detalhamento de esquadrias;
 - Planta de cobertura;
 - Planta de layout; e
 - Memorial descritivo
- E3.3 – Projeto de paisagismo, incluindo no mínimo:
 - Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento do Paisagismo concebido, tais como: Plantas baixas e detalhes da locação das espécies, canteiros, lagos ou tanques, etc., e definição do mobiliário, além de especificações de acabamento minuciosas.
- E3.4 – Projeto de ambientação, incluindo no mínimo:
 - Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da ambientação da obra, como plantas baixas, cortes, detalhes, lay-out e definição do mobiliário a ser utilizado na edificação, além de especificações de acabamento minuciosas.

RELATÓRIO FINAL (RFP) contendo:

- Conteúdo do Relatório Parcial (RPP) consolidado;
- E3.5 – Projeto Estrutural, incluindo no mínimo:
 - Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: plantas de formas, cortes e detalhamentos das armaduras, quadro de ferros com bitola e posições, locação dos pilares e

fundações, detalhes das fundações, quantitativo total de formas em m², e de concreto em m³, indicação da resistência (Fck) do concreto em MPa a 28 dias, resistência (Fyk) e classe do aço. Deve, pois abranger as fundações, superestrutura e quaisquer outras que se façam necessárias, como estruturas de telhados, muros de arrimo, escoramentos especiais.

- E3.6 – Projeto Elétrico, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: plantas indicativas dos circuitos, quadros, pontos de luz, tomadas de serviço e outros dispositivos elétricos tais como: eletrodutos, caixas de passagem, alimentação, diagrama unifilar, quadro de cargas, dimensionamento e estudo do aumento de carga das subestações, malha de aterramento e lista de quantidades dos insumos.

- E3.7 – Projeto Hidrossanitário, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: planta baixa com tubulações de água, desenhos isométricos das tubulações de água, plantas e detalhes das tubulações de esgoto, detalhes das caixas de passagem e caixas de gordura, detalhes do barrilete da caixa d'água, detalhes do sistema de fossa e sumidouro, caso necessário e lista de materiais individual, para cada desenho isométrico a cada planta de detalhe de esgoto.

- E3.8 – Projeto de Rede Estruturada, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: Rede de dutos, tomadas, caixas de passagem, distribuidor geral (DG), malha de aterramento, diagrama vertical com indicação do cabeamento e contemplar todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: Rede de dutos, tomadas lógicas, caixas de passagem, malha de aterramento, indicação do cabeamento a ser utilizado. Deverá contemplar o local onde serão instalados os equipamentos de hardware.

- E3.9 – Projeto de Climatização e Refrigeração Industrial, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: planta baixa com posição dos condicionadores de ar, dimensionamento dos equipamentos - cargas, detalhes e especificações técnicas dos mesmos, bem como peças gráficas, especificações, dimensionamento e detalhamento dos componentes do sistema de refrigeração tais como compressores, condensadores, válvulas de expansão, evaporadores, etc.

- E3.10 – Projeto de Drenagem de Águas Pluviais, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: planta baixa de calhas e com dimensionamento das sarjetas, esquema vertical com detalhe dos tubos de queda, caixa de areia para coleta, plantas com tubulação ou com sarjetas para o escoamento das águas pluviais, direcionamento do fluxo, bocas de lobo, dimensionamento das tubulações, locação e detalhes de tubos e galerias, etc.

- E3.11 – Projeto de Combate a Incêndio e Pânico, incluindo no mínimo:

- Todas as peças gráficas necessárias para o completo entendimento da obra, como: Planta baixa, cortes e detalhes das Tubulações, Hidrantes e componentes, extintores de incêndio, Sinalização, Iluminação de emergência, detecção e alarme de incêndios, Rotas de fuga, e lista de quantidade dos insumos, etc.

- E3.12 – Orçamento Detalhado da Obra, Especificações Técnicas e Termo de Referência, incluindo no mínimo:

- Planilhas Orçamentárias detalhadas, indicando índice de BDI e encargos sociais, fontes e códigos de composições de serviços, data-base e regime de desoneração adotado, devendo ser observados os padrões de Planilhas Orçamentárias já utilizados pela Codevasf;

- Memória de cálculo das quantidades dos serviços indicados nas planilhas orçamentárias;

- Cronograma físico-financeiro;

- Composições de Custo Unitário detalhadas para composições não disponíveis no sistema SINAPI/ORSE; - Composição analítica do BDI;

- Composição analítica dos encargos sociais; - Pesquisa de mercado, se for o caso;

- Curva ABC de serviços.

- Todos os elementos necessários à caracterização dos serviços, materiais e equipamentos a serem utilizados na obra. Devem ser específicas da obra a que se referem, atualizada e em conformidade com as normas técnicas vigentes, bem como o Termo de Referência (TR) nos padrões utilizados pela Codevasf de modo a permitir, logo após o recebimento definitivo dos produtos, a realização do certame licitatório visando a contratação da execução da obra.

7 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar dos serviços deste TR empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto da contratação, individuais ou em forma de consórcio, com experiência em execução de Serviços Similares, e que atendam às exigências do edital e seus anexos.

7.2 CONSÓRCIO

7.2.1 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio em até 2 (duas) empresas, conforme justificativa apresentada.

7.2.2 Levando-se em consideração que o objeto da licitação inclui elaboração de projetos de engenharia e estudos ambientais, a permissão de participação de consórcio de até duas empresas possibilitará o reforço de capacidade técnica e financeira dos interessados, ampliando a competitividade, uma vez que, isoladas, poderiam não conseguir preencher os requisitos necessários para tal, justificando, assim, o consórcio.

7.3 SUBCONTRATAÇÃO

7.3.1 Será permitida a subcontratação, com empresas especializadas, dos trabalhos destinados à obtenção de dados complementares, tais como levantamentos topográficos e geotécnicos, estudos e ensaios de campo e de laboratório, estudos de jazidas, investigação de empréstimos, pertencente ao objeto desde que não constituem o escopo principal, sob a responsabilidade total da contratada,

perante à Codevasf, pela qualidade dos serviços e à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

- 7.3.2 Caso a Consultora opte por informar na proposta quais empresas serão subcontratadas, será exigido das subcontratadas a mesma documentação de habilitação.

7.4 VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

- 7.4.1 A visita aos locais onde os serviços serão executados é facultativa. Será de responsabilidade dos interessados a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados não fornecidos pela Codevasf, pois tais aspectos não poderão ser avocados, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração do contrato a ser estabelecido. Deverá ser apresentada, junto com a proposta técnica, a Declaração de Conhecimento do Local (Anexo IV). No caso de visita técnica, se os interessados julgarem necessário, poderão entrar em contato com a 14ª SR Codevasf/CE, Rua Barbosa de Freitas nº 2674, Anexo II – ALECE, Cep.60170-174, Fone: (85) 98742-1181, (86) 98808-9364, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de 2ª a 6ª feira.

- 7.4.2 Deverá ser apresentada, junto com a proposta, a Declaração de Conhecimento do Objeto.

8 PROPOSTA

- 8.1 A proposta deverá conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido nestes Termos de Referência, segundo os quais a consultora se propõe a executar os serviços, bem como o preço da contraprestação.
- 8.2 A Proposta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos.
- 8.3 A Proposta constitui-se dos seguintes documentos, que deve ser preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo V, que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela Codevasf:
- a) Resumo da Proposta, incluindo os quantitativos, custos e preços unitários dos serviços com todos os seus itens:
- a.1) Mão de obra com vínculo e sem vínculo;
- a.2) Insumos diárias, locação de veículos e passagens e serviços gráficos e equipamentos, com as respectiva "Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos" (Fator K).
- b) Detalhamento dos Encargos Sociais da mão de obra, incluindo o detalhamento dos encargos sociais e da taxa de ressarcimento de despesas e encargos sobre a Mão de Obra com vínculo empregatício permanente (Fator K) e Mão de Obra sem vínculo empregatício ou com vínculo temporário. O fator aplicado na elaboração da proposta, para cada categoria, será efetivamente aplicado durante a execução do futuro contrato; e
- c) Detalhamento das Despesas Fiscais, Lucro e Custos da Administração, incluindo o detalhamento das despesas fiscais, da remuneração da empresa e dos custos diversos (administrativos) aplicados sobre os custos da proposta.
- 8.4 As composições dos preços unitários pela LICITANTE devem ser construídas com base nos custos da empresa e respectivo Fator K (Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos) de cada tipo de insumo, que deve representar todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos

sociais obrigatórios e previdenciários, lucro, e demais despesas indiretas. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

8.4.1 Na composição e utilização do “Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos” (Fator K) a LICITANTE deverá atentar para os seguintes detalhes:

- 8.4.1.1 No Fator K4 – DESPESAS FISCAIS, o percentual do ISS deverá ser do município sede da empresa e deverá indicar o percentual e anexar cópia da Lei Orgânica municipal para verificação da comissão de julgamento.
 - 8.4.1.2 No Fator 4 – DESPESAS FISCAIS, o percentual do PIS e COFINS deverá considerar o Regime de Incidência Tributária (Acumulativa ou Não Acumulativa) de acordo com a forma de apuração do Lucro no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica da LICITANTE, em conformidade com a legislação vigente e o perfil jurídico-fiscal da LICITANTE. No Regime de Incidência Não Acumulativa pode-se aplicar um “percentual de desconto”, porém a LICITANTE deverá apresentar comprovantes de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses para comprovação do “percentual de desconto”, conforme orientações do Acórdão TCU 2622/2013.
 - 8.4.1.3 O Fator K3 – LUCRO e Fator K2 – CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL são de composição discricionária da LICITANTE, conforme sua realidade comercial, não podendo ser superior aos percentuais estabelecidos no anexo III – orçamento referencial.
 - 8.4.1.4 O Fator K2 (Custos da Administração) está englobado quaisquer benefícios sociais (e.g. vale alimentação, seguro saúde/vida) ou benefícios econômicos (e.g., adicional de produtividade, participação nos lucros) garantidos pela LICITANTE a seus empregados ou dirigentes, por não se tratar de encargo obrigatório tais benefícios não devem ser considerados nas Planilhas PFP-2.1 e PFP-2.2.
 - 8.4.1.5 A LICITANTE deve utilizar o **Fator K**, constante na planilha CRO1_Ins-Pro, coluna “G”, relativo ao tipo de insumo ou mão de obra (com ou sem vínculo) que será efetivamente disponibilizado para a elaboração total dos serviços constantes neste Termo de Referência. Sendo facultado à LICITANTE utilizar a mão de obra com tipo de vínculo que se adeque a sua realidade comercial (permanente, temporário, autônomos, etc.), desde que alinhado com a Legislação Trabalhista vigente.
 - 8.4.1.6 Ressalta-se que Fator K pode ser alterado com ou sem vínculo.
- 8.4.2 Os preços propostos deverão contemplar as despesas necessárias para a realização dos serviços como: impostos e taxas, seguros, mão de obra, encargos sociais, transporte, máquinas e equipamentos, veículos, combustível e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. Em caso de omissão de alguma despesa, esta será considerada incluída nos preços.
- 8.4.3 Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas Fiscais os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.
- 8.4.4 O percentual do ISS deverá ser do município sede da empresa e deverá na proposta indicar o percentual e anexar cópia da Lei Orgânica municipal para verificação da comissão de julgamento.
- a. A proposta deverá ser datada e assinadas pelo representante legal da empresa, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão de obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

b. Relação dos formulários a serem preenchidos para apresentação das propostas:

- a.1) Resumo da Proposta;
- a.2) Detalhamento dos Serviços Topográficos/Cartográficos;
- a.3) Detalhamento dos Serviços Geotécnicos/Geológicos;
- a.4) Detalhamento dos Encargos Sociais;
- a.5) Detalhamento das Despesas Fiscais e Custos Diretos; e
- a.6) Detalhamento de Insumos por Etapa/Produto.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos necessários à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentados em conformidade ao estabelecido no edital.

9.2 Para a qualificação técnica, apresentar:

9.2.1 Registro ou inscrição da consultora no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, demonstrando que os serviços objeto destes TR se enquadram no objetivo social da empresa e compatíveis com as atribuições dos seus responsáveis técnicos;

9.2.2 Comprovação da capacidade técnica-operacional; e

9.2.3 Comprovação de capacidade técnica-profissional.

9.2.4 A comprovação da capacidade técnica-operacional será mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado Elaboração de Projeto Básico OU Executivo de engenharia para construção de edificação industrial para beneficiamento produtos de origem animal de acordo com os normativos do Ministério da Agricultura, com infraestruturas e com os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Elaboração de Projeto Básico OU Executivo de engenharia para construção de edificação industrial para beneficiamento produtos de origem animal de acordo com os normativos do Ministério da Agricultura, com no mínimo 500 metros quadrados	1 unidade

9.2.4.1 Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões), em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), **seu(s) título(s)** profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.

9.2.4.2 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do

consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

9.2.4.2.1 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;

9.2.4.2.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

9.2.4.3 Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço.

9.2.4.3.1 O licitante deverá comprovar, através da juntada de:

9.2.4.3.2 Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;

9.2.4.3.3 Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;

9.2.4.3.4 Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou

9.2.4.3.5 Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

- Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;
- No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9.2.5 Comprovação de capacidade técnica-profissional do pessoal técnico especializado, composta de um coordenador e uma equipe chave, com formação acadêmica e experiência em elaboração de projetos com características semelhantes ao item 9.2.4 ou superiores aos conceituados conforme detalhamento a seguir:

9.2.5.1 Coordenador geral: engenheiro com experiência mínima de 10 anos na execução de Serviços Similares na área de coordenação ou gerenciamento de projetos, com as seguintes formações ou especializações, observados os aspectos a seguir relacionados:

- Graduação e/ou formação complementar, mediante a apresentação diploma em engenharia;
- Experiência profissional, em coordenação ou gerenciamento de projetos. Serão aceitos somente “atestados” e/ou “certidões” e/ou “declarações” em que o profissional indicado tenha formação em Engenharia Civil, e que tenha exercido ou esteja exercendo a função de Coordenador-Geral na Elaboração de Projeto de Engenharia em Infraestrutura, compatíveis com o objeto destes TR;
- Declaração do profissional de que aceita participar dos serviços como coordenador e/ou responsável técnico, acompanhada do comprovante de vínculo empregatício.

9.2.5.2 Especialista em projeto de indústria de beneficiamento de produtos de origem animal, membro da equipe chave, engenheiro com experiência mínima de 5 anos e comprovação de experiência profissional, observados os aspectos a seguir relacionados:

- Graduação e/ou formação complementar, mediante a apresentação diploma em engenharia;
- Declaração do profissional de que aceita participar dos serviços como responsável técnico ou membro da equipe chave, acompanhada do comprovante de vínculo empregatício.

9.2.5.3 A comprovação de experiência técnica-profissional, do coordenador e dos membros da equipe chave será conforme detalhamento a seguir:

- Graduação e/ou formação complementar, mediante a apresentação diploma de graduação ou pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) expedido por instituições educacionais credenciadas no Ministério da Educação (MEC) ou Carteira de Identidade Profissional ou Certidão de Registro de Pessoa Física expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- Tempo de experiência, considerar a soma dos seguintes comprovantes:
 - a. Carteira de trabalho;
 - b. Contrato de trabalho ou prestação de serviço;
 - c. Ato constitutivo, quando se tratar de dirigente ou sócio de empresa.
- Experiência profissional, mediante a apresentação de certidões ou atestados, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, observando que:
 - a. Os atestados ou certidões de serviços realizados no exterior, deverão estar devidamente regularizados no país de origem e com as respectivas certidões do CREA ou CAU, e
 - b. Registrados no consulado brasileiro, acompanhados de tradução juramentada

9.2.5.4 O coordenador e os profissionais da equipe chave poderão acumular a responsabilidade técnica com a coordenação ou com a participação na equipe chave, sendo incompatível e vedado acumular a coordenação com a participação como membro da equipe chave. A comprovação de vínculo empregatício, será assim entendida:

- a. Dirigente ou sócio, contrato social ou ato constitutivo da empresa;
- b. Empregado, cópia da carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou ficha/livro de registro;
- c. Autônomo, contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil;
- d. Os comprovantes relacionados acima poderão ser substituídos por declaração de contratação futura do profissional, acompanhada da anuência por escrito do profissional em questão.

9.2.6 Durante a execução do contrato o profissional, indicado para capacidade técnica-profissional, pode ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela Codevasf.

10 ORÇAMENTO DE REFERENCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 Os serviços objeto destes TR estão estimados em R\$ 560.003,18 (quinhentos e sessenta mil, três reais e dezoito centavos), a preços de Outubro/2023, conforme indicado no orçamento constante no Anexo II destes TR. Este valor corresponde ao valor máximo de referência para elaboração de propostas.

- 10.2 O valor estimado para a contratação foi elaborado com base na Tabela de Referência para Engenharia Consultiva da Codevasf, SINAPI e SICRO para o estado do Ceará, na data-base Outubro/2023, não desonerado, atendendo ao disposto na Lei nº 13.080, de 2/1/2015 (LDO 2015) e no Decreto nº 7.983, de 8/4/2013, já inclusos os impostos e taxas, seguros, mão de obra, encargos sociais, transporte, máquinas e equipamentos, veículos, combustível e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços. Para os serviços e materiais não constantes nos sistemas de custos citados acima, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.
- 10.3 No orçamento de referência foram consideradas para as composições da “Taxa de ressarcimento das Despesas Fiscais e dos Custos Diretos (Fator K)” e “Taxa de Ressarcimento de Encargos (Fator K1)”.
- 10.4 O orçamento de referência estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 10.5 As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta do programa de trabalho nº 20608221700SX0001 - Apoio a Projeto de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO

- 11.1 O prazo máximo para execução do objeto deste TR é de 4 (quatro) meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes:
- 11.2 Neste prazo estão inclusos os dias necessários à análise e aprovação dos relatórios parciais, bem como 10 (dez) dias para análise e aprovação da minuta e 10 (dez) dias para editar e entregar a versão definitiva e mais 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Termo de Encerramento Físico.
- 11.3 A restituição da versão com a indicação de ajustes por parte da CODEVASF deverá ser realizada concomitantemente com a correção dos volumes, por sistema, objetivando dar mais agilidade ao processo.
- 11.4 A emissão da Ordem de Serviço fica condicionada a entrega e aprovação do Plano de Trabalho pela Contratada, ao qual deverá conter em detalhes o cronograma de realização das atividades, bem como equipes técnicas envolvidas (destacando o responsável), equipamentos necessários, entre outros.
- 11.5 O prazo terá eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado quando:
- a) Houver interesse da Codevasf;
 - b) Forem comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) For assegurada a manutenção de equilíbrio econômico-financeiro;
 - d) For constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - e) Estiver justificada e motivada por escrito, em processo correspondente;
 - f) Estiver previamente autorizada pela autoridade competente.
- 11.6 A prorrogação de execução dos serviços e de vigência do contrato deverá ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo por algum dos seguintes motivos:
- a) modificação ou correção de falha do projeto ou especificações, pela Codevasf, que impeçam de forma determinante a continuidade da execução do objeto contratado;
 - b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução dos contratos;
 - c) interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem ou interesse da Codevasf;

- d) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido em documento contemporâneo à sua ocorrência;
 - e) omissão ou atraso de providências a cargo da Codevasf nos pagamentos previstos no ato convocatório que resulte em impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis; e
 - f) aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites previstos na lei.
- 11.7 Os pedidos de prorrogação de execução dos serviços e do contrato pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 11.8 Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela Codevasf se manifestado expressamente, por escrito, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 11.9 A expedição da “Ordem de Serviço” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União” e entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato e Riscos de Engenharia”, na Unidade de Finanças da Codevasf.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos serão efetuados em reais, com base nas medições de cada etapa/evento do cronograma físico-financeiro, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência;
- 12.2 O serviço que não se adequar às formas de pagamento estabelecidas e que não seja executado em plena conformidade com eles, não terá faturamento;
- 12.3 As faturas exigirão o acompanhamento de documentação que justifique cada serviço faturado, com a indicação do número da nota de empenho que lhe dá cobertura. Para serviços de campo, as medições serão atestadas pela fiscalização, com a indicação do período de sua execução;
- 12.4 O prazo máximo de 30 (trinta) dias é estimado para a efetivação dos pagamentos, contados a partir da data de entrada da fatura no protocolo da administração central da Codevasf, sendo 5 (cinco) dias para a liberação da fatura pela fiscalização do contrato;
- 12.5 As faturas periódicas só serão liberadas para pagamento após aprovação pela área gestora;
- 12.6 Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA, para correções e acertos, iniciando-se, após essa reapresentação, a contagem de novos prazos para pagamento;
- 12.7 A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
- 12.8 Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 12.9 Os serviços serão medidos nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas nos cronogramas físico-financeiros, incluindo-se nas medições, os relatórios dos produtos fornecidos ou parcela destes e os serviços executados e mensuráveis referentes a cada etapa da execução do contrato.

- 12.10 O cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência.
- 12.11 Os quantitativos dos insumos de cada PRODUTO deverão ser iguais ao Orçamento da CODEVASF, respeitado qualquer aditivo aprovado pela CODEVASF.
- 12.12 Os preços e custos de cada insumo deverão ser iguais ao da PROPOSTA FINANCEIRA vencedora, respeitado qualquer reajustamento aprovado pela CODEVASF.

13 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 13.1 Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 10 (dez) dias após a assinatura do mesmo, em espécie ou Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 13.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 13.3 A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura.
- 13.4 A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia, deverão estar em vigor e cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.
- 13.5 Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 13.6 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 13.7 A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 13.8 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 13.9 Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 13.10 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14 MULTA

- 14.1 Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da contratada, cabe a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.
- 14.2 No caso de atraso na execução dos serviços, por culpa exclusiva da contratada, será aplicada multa no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor referente ao evento relacionado no cronograma físico-financeiro, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo total para execução do contrato.
- 14.3 Considera-se atraso na execução dos serviços a reprovação consecutiva de um mesmo produto, que necessite de ajustes ou que seja reprovado, por não estar em conformidade com o Termo de Referência, sendo o atraso computado a partir da emissão da segunda Nota Técnica de análise pela Codevasf, até a aprovação do produto, excluindo o tempo de análise da Codevasf.

15 REAJUSTAMENTO

- 15.1 Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data da apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = Vx \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

onde:

"R" é o valor do reajustamento procurado;

"V" é o valor contratual a ser reajustado;

"I1" é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta; e

"I0" é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta

- 15.1.1 Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria.

16 ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROJETO

- 16.1 A empresa emitirá os seguintes relatórios para cada evento concluído, conforme cronogramas físico e financeiro:

- a) Relatório Parcial de Projeto - documento de caráter técnico correspondente aos produtos entregues, conforme cronograma financeiro e relação de eventos para efeito de faturamento anexo II com as informações referentes às fontes de dados, metodologias e especificações técnicas adotadas, memórias de cálculo e avaliação crítica dos dados disponíveis.
- b) Relatório Específico - documento técnico de caráter eventual, a ser apresentado por solicitação da Codevasf, para aprofundamento e detalhamento de questões técnicas relativas às atividades executadas ou em execução, a serem integrados nos Relatórios Parciais de Projeto e Relatórios Finais;

- c) Versão Preliminar do Relatório Final (Minuta) - a ser apresentada, em nível de minuta, ao final dos serviços, com integração dos relatórios parciais e específicos, com ênfase nos resultados obtidos, evitando-se descrições e justificativas de metodologias, que deverão ser incluídas como anexos, com as memórias de cálculo e cópias dos desenhos produzidos, para exame e aprovação da Codevasf;
- d) Versão Definitiva do Relatório Final - deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do comunicado de aprovação e/ou solicitação, pela Codevasf, de correção/revisão da versão preliminar;
- e) Síntese do Relatório Final - deverá apresentar as informações referentes ao Projeto em foco, de modo sintético, incluindo recursos audiovisuais e materiais de divulgação, tecnicamente fundamentados e de fácil compreensão; e

16.2 Os Relatórios serão compostos dos seguintes itens:

- a) Memorial Descritivo, em formato “.docx” e “.pdf” apresentando detalhadamente os trabalhos elaborados, com a síntese dos dados levantados ou produzidos (através de tabelas, quadros, gráficos, etc.), além da contextualização, metodologias, resultados e conclusões obtidas.
- b) Resumo Executivo, em formato “.docx” e “.pdf” apresentando de forma simplificada e didática sobre os trabalhos realizados e dados levantados e produzidos.
- c) Anexos, em formato editável de todos os dados coletados, utilizados e/ou produzidos, incluindo planilhas, mapas, desenhos, figuras, gráficos, tabelas, fórmulas, formulários, códigos, modelos, apostilas, normas, apresentações, vídeos.

16.3 O Relatório Final deverá ser apresentado de acordo com a estrutura apresentada no anexo III, com o padrão exigido pela Codevasf. Ficará a critério da consultora sugerir alterações para que esta compatibilize à realidade dos estudos, as quais deverão ser submetidas à aprovação da Codevasf, antes da impressão.

16.4 Além da documentação impressa da versão definitiva do relatório final, a Consultora se obriga a entregar cópias de todos os trabalhos, gravados em DVD e HD externo, incluindo textos, planilhas, desenhos, imagens, fotos, cartas, etc., gerados em ambientes de trabalho e softwares compatíveis com os disponíveis na Codevasf. Caso a consultora, a seu critério, prefira gerar os trabalhos produzidos em softwares não disponibilizados pela Codevasf, ficará obrigada a fornecer os seus originais completos, com os respectivos manuais e garantias.

16.5 Os programas de computação utilizados na elaboração do projeto serão apresentados de modo sistemático e completo, contendo entre outras, as seguintes informações: nome do programa; autor; descrição; modelo matemático utilizado; fluxograma; comentários acerca dos resultados, linguagem e programas fonte, de acordo com o exigido pela Codevasf.

- a) A consultora deverá exercer controle de qualidade das informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos, visando clareza, objetividade, consistência das informações e justificativas de resultados, isentos de erros de português e de digitação, de modo a refletir seu padrão de qualidade.
- b) O produto e relatório final referentes aos serviços objeto do presente Termos de Referência serão apresentados, considerando-se as seguintes diretrizes:

- Os dados e informações que exigem análise espacial deverão ser apresentados em sistema geográfico de informações, com utilização de cartografia em escalas adequadas, de forma a permitir a sobreposição de temas e a interpretação conjunta dos mesmos;

- Os textos dos relatórios, mapas, desenhos, planilhas, etc. Serão fornecidos em meio digital, em formatos que permitam visualização, edição e reedição pela equipe da Codevasf;
- Os resultados dos estudos devem ser objeto de relatórios sucintos, facilmente compreensíveis, com material de apoio para sua divulgação e apresentação pública;
- Os dados referentes às unidades espaciais do projeto e as áreas de influência serão apresentados em banco de dados inter-relacionados, de forma a permitir cruzamento de informações e representação gráfica associada ao sistema georeferenciado;
- Os dados e informações que exigem tratamento espacial deverão ser apresentados em sistema geográfico de informações, com utilização de cartografia em escalas adequadas (1/25000), de forma a permitir a sobreposição de temas e a interpretação conjunta dos mesmos; e
- Em todos os documentos devem ser relacionados os profissionais responsáveis por cada assunto, com suas respectivas ART's ou RRT's, bem como a equipe de acompanhamento dos serviços de campo.
- A empresa, antes do início dos trabalhos de campo, deverá apresentar um relatório com o plano de trabalho específico - PTE contendo:
 - A data prevista para início dos trabalhos;
 - A equipe a ser mobilizada, indicando o responsável para cada área e sua localização;
 - A localização (local do escritório de campo);
 - A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento de cada tipo de serviço;
 - As normas a serem observadas e os procedimentos de controles de qualidade;
 - Os quantitativos de cada tipo de serviço; e
 - A data prevista para o término dos serviços.

16.6 INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS

16.6.1 Diretrizes para Elaboração do Projeto

16.6.2 Os serviços serão desenvolvidos em obediência ao escopo dos serviços deverão também se subsidiar nas seguintes diretrizes e documentos:

- a. As condicionantes impostas pelo órgão ambiental responsável pela emissão da licença prévia (LP) e, posteriormente, das licenças de instalação (LI) e operação (LO);
- b. As condicionantes resultantes de pleitos devidamente registradas e aprovadas pela Codevasf; e
- c. As diretrizes estabelecidas nas Especificações Técnicas contidas neste Termo de Referência.
 - Documento técnico de referência:
- d. Caderno de Encargos da Codevasf; e
- e. Manual de Metodologias e Conceitos do Sinapi da CEF (2018).

- Os documentos relacionados estão disponíveis no portal da Codevasf para consulta, seguindo os seguintes passos:

- a. Acessar o site da Codevasf: www.codevasf.gov.br;

- b. No menu (canto esquerdo da 1ª página do site), clicar em: Biblioteca (será aberto outro menu);
- c. Clicar em: acesso ao catálogo (será direcionado para a página de pesquisa do sistema de automação, Sophia Biblioteca); e
- d. A partir daí, seguir os seguintes passos:
 - a.1) 1º selecionar a opção “registros com conteúdo digital” (para todas as pesquisas);
 - a.2) 2º no campo de pesquisa (campo em branco) digitar o arquivo pretendido e clicar em buscar.

16.7 Os documentos são de referência obrigatória, outros manuais e normas nacionais e internacionais poderão ser utilizados como referência na elaboração da proposta e posteriormente execução dos serviços, desde que com prévia aprovação da Codevasf.

17 FISCALIZAÇÃO

17.1 A fiscalização dos serviços será feita por empregado ou equipe formalmente designada para representar a Codevasf, a quem compete:

- a) Estabelecer os procedimentos detalhados de fiscalização, observando os termos do contrato e dos documentos que o integram e as competências definidas no Manual de Contrato da Codevasf;
- b) Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando a qualidade do serviço e as boas práticas;
- c) Receber, analisar e aprovar os relatórios deste Termo de Referência;
- d) Devolver os relatórios e documentos não aprovados para as correções e complementações se necessárias;
- e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o contrato;
- f) Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais, atestar as notas fiscais e encaminhá-las para pagamento;
- g) Receber e aprovar, programa de trabalho específico para cada atividade, antes do início dos serviços de campo, com a indicação do responsável pelo setor, a equipe técnica e sua localização;
- h) Acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados;
- i) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas;
- j) Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo;
- k) Receber e encaminhar ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro;
- l) Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual;

- m) Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente;
- n) Informar à unidade de finanças, mediante termo de encerramento físico – tef, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- o) Informar ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- p) Receber, provisoriamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou termo circunstanciado;
- q) Verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a contratada mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao sicaf, cadin ou certidões comprobatórias;
- r) Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pela contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete;
- s) Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação;
- t) Verificar a ocorrência de fatos passíveis de penalidade contratual, instruindo o processo com relatório e os documentos pertinentes e, em caso de multa, indicar o seu valor; e
- u) Dar conhecimento, das penalidades, ao setor competente e ao interessado, que no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação, poderá recorrer das decisões da fiscalização, mediante recurso à área de desenvolvimento integrado e infraestrutura, da Codevasf.

- A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá a empresa da integral responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

- Para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, à Codevasf será concedido livre acesso aos locais de trabalho da equipe da empresa contratada.

- A comunicação entre a Codevasf e a empresa poderá ser feita por telefone, mas deverão ser ratificadas por documento escrito e assinado.

- A empresa disponibilizará link para que a Codevasf possa acessar a qualquer momento o estágio de desenvolvimento em que se encontram os trabalhos

- A empresa terá ampla liberdade para subdividir os trabalhos em diversas atividades, desde que harmonizadas num planejamento integrado.

- O cronograma físico deverá conter as datas previstas para o início e término de cada etapa dos trabalhos, relacionadas com as datas e valores dos pagamentos parciais (cronograma financeiro). Deverá contemplar a participação dos diferentes setores e técnicos envolvidos durante as etapas dos serviços, bem como as datas previstas para as reuniões a serem realizadas com a Codevasf.

17.2 As alterações dos cronogramas, ainda que aprovadas pela Codevasf, não constituirão motivo para a prorrogação do prazo da vigência do contrato.

- a) As modificações nos prazos parciais dependem de concordância prévia da Codevasf e não poderão acarretar mudanças no prazo final estabelecido.
- b) Os serviços de campo deverão ser separados dos serviços de escritório.
- c) A empresa deverá apresentar, no 1º relatório (de andamento ou específico), novos cronogramas atualizados e assim, sucessivamente, nos demais relatórios. Os cronogramas e diagramas serão atualizados, mensalmente ou quando necessário, durante a execução dos trabalhos, com "software" adequado e poderão ser revistos e ajustados, mediante aprovação das partes.
- d) A empresa deverá elaborar cronograma de utilização de pessoal, indicando o período de permanência dos membros de suas equipes na execução dos serviços.
- e) Os prazos para análise, pela Codevasf, dos relatórios e documentos apresentados, deverão estar previstos no cronograma. Serão de 15 (quinze) dias contados do dia seguinte ao recebimento desses documentos. A empresa deverá considerar este fato de forma que os serviços não sofram solução de continuidade.

17.3 Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises a serem encaminhadas à consultora.

17.4 A Codevasf acompanhará os trabalhos, objetivando a otimização dos prazos anteriormente definidos. A relação dos produtos previstos na proposta e respectivo cronograma de entrega são os instrumentos gerenciais por meio dos quais se alcançará tal objetivo.

- a) A empresa contratada e a Codevasf manterão, durante o desenvolvimento dos trabalhos, constante comunicação para facilitar o acompanhamento e a execução do contrato. A Codevasf convocará, para esse fim, quantas reuniões estimar necessárias, cujos custos estão incluídos no valor total do contrato.

17.5 As reuniões objetivam discutir os problemas surgidos no desenvolvimento dos trabalhos e deverão ser previamente agendadas pelas partes e registradas em ata.

- a) A Codevasf e a consultora estabelecerão procedimentos detalhados, visando sistematizar o desenvolvimento do contrato, principalmente referente a:

- Preparação e atualização dos programas de trabalho;
- Relatórios de andamento;
- Reuniões;
- Habilitação de pessoal;
- Comunicações;
- Fiscalização; e
- Faturamento.
- A empresa deverá intercambiar informações com a Codevasf por meio das linhas telefônicas (85) 98742-1181, (86)98808-9364. Para o intercâmbio de informações mais extensas e/ou transferências de arquivos deverá ser utilizado correio eletrônico.

18 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 18.1 A finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da Codevasf, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, será mediante a apresentação e aprovação dos Relatórios Finais, cujas edições serão autorizadas após a aprovação de suas respectivas minutas, resultante da entrega, pela consultora, no número de vias contratadas, além dos originais dos desenhos e documentos de todos os relatórios.
- 18.2 Após o término dos serviços poderá ser requerida à fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua solicitação.
- 18.3 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela fiscalização um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 18.4 Na hipótese da necessidade de correção, o empregado ou comissão estabelecerá um prazo para complementação ou substituição dos serviços rejeitados, sem ônus para a Codevasf.
- 18.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a contratada da responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos no Edital.
- 18.6 Após o recebimento provisório pela fiscalização, será designado empregado ou comissão para o recebimento definitivo, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias da data de sua designação.
- 18.7 Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado pelas partes, possibilitando a liberação da garantia.
- 18.8 Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados.
- 18.9 A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

19 SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 19.1 A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 8/6/1978, e deverá:
- 19.2 Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- 19.3 Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18; e
- 19.4 Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

20 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 20.1 A CONTRATADA deverá atender, entre outras, às diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no Decreto nº 9.178, de 2017, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/6/1993, devendo:
 - a) Observar o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - b) Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- c) Otimizar a eficiência dos recursos naturais como água e energia;
- d) Otimizar a geração de empregos, com mão de obra local;
- e) Otimizar a vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Utilizar de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) Utilizar, nos bens, serviços e obras, recursos naturais de origem ambientalmente regular.

20.2 Observar, que na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da instrução normativa SLTI/MP nº 1/2010, adotando as seguintes providências:

- a) Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.;
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da in mare nº 6, de 3/11/1995, e do decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;
- d) Acondicionar adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva, os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis;
- e) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - e.1) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - e.2) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - e.3) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela anvisa;
 - e.4) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - e.5) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
 - e.6) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- f) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- g) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- h) Respeitar as normas brasileiras - NBR publicadas pela associação brasileira de normas técnicas sobre resíduos sólidos; e

i) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

- i.1) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- i.2) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; e
- i.3) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

- A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na lei nº 12.305, de 2010 – política nacional de resíduos sólidos, resolução nº 307, de 5/7/2002, do conselho nacional de meio ambiente – Conama, e instrução normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/1/2010, nos seguintes termos:

j) Gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do plano municipal de gestão de resíduos da construção civil, ou do plano de gerenciamento de resíduos da construção civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

k) Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, os termos dos artigos 3º e 10º da resolução Conama nº 307, de 5/7/2002, referente aos seguintes procedimentos:

k.1) Resíduos classe a (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe a de reservação de material para usos futuros.

k.2) Resíduos classe b (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

k.3) Resíduos classe c (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

k.4) Resíduos classe d (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

l) Em nenhuma hipótese poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por lei, bem como em áreas não licenciadas.

l.1) Ainda de acordo com a in 1/2010, na elaboração do projeto básico e/ou executivo deverão ser observadas as normas do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – Inmetro e as normas ISO nº 14.000 da organização internacional para a padronização (International).

21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 A Contratada deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a. Plano de trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o plano de logística para execução dos serviços, com a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos;
- b. Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado;
- c. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao plano de trabalho referido na alínea acima, atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto, indicando o que é de responsabilidade da Codevasf;
- d. Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, para aprovação. Ao requerer autorização para subcontratação dos serviços, deverá comprovar a regularidade jurídico/fiscal, trabalhista e técnica da subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na Codevasf; e
- e. Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs ou Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme legislação pertinente.

21.2 A Contratada deverá:

- 21.2.1 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – Cadin, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 21.2.2 Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da Codevasf em Fortaleza/CE.
- 21.2.3 Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 21.2.4 Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nas instalações físicas.
- 21.2.5 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 21.2.6 Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 21.2.7 Utilizar pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços, devendo excluir eventual empregado que não atenda as condições de capacitação, habilitação ou cujo comportamento não seja condizente com o ambiente de trabalho, sempre que a Codevasf assim o solicitar.

- 21.2.8 Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 21.2.9 Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 21.2.10 Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 21.2.11 Fazer com que os integrantes da equipe de mão de obra operacional exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 21.2.12 Assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 21.2.13 Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 21.2.14 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU.
- 21.2.15 Reforçar a caução inicial, na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, durante a execução dos serviços, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
- 21.2.16 Conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, aos empregados da Codevasf e aos órgãos de controle interno e externo.
- 21.2.17 Apresentar novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução Confea nº 336, de 27 de outubro de 1989, no caso do seu registro ser em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência.
- 21.2.18 Obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 21.2.19 Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor.
- 21.2.20 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local quando da execução dos serviços.
- 21.2.21 Responsabilizar-se pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 21.2.22 Tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 21.2.23 Investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor

público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

21.2.24 Apresentar o certificado, da equipe técnica ambiental, de registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental, mantido pelo Ibama, de acordo com a Resolução Conama nº 1 de 13 de junho de 1988 e IN-Ibama nº 10, de 17 de agosto de 2001.

21.2.25 Atender às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf;
- b) Normas técnicas da ABNT e do Inmetro, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança; e
- c) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema Crea-Confea e CAU.

22 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 22.1 Exigir o cumprimento integral deste Contrato.
- 22.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas, por meio de correspondências protocoladas.
- 22.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 22.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 22.5 Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 22.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 22.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

23 CONDIÇÕES GERAIS

- 23.1 Será considerado o Código SIASG/CATSERV BR nº 43 - Estudos e Projetos Viabilidade Técnico - Econômica de Recursos Naturais.
- 23.2 Os resultados dos serviços, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto dos serviços serão propriedade da Codevasf e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização da mesma.
- 23.3 A concepção geral das estruturas e obras civis deverá estar fundamentada no princípio da simplicidade e de operacionalidade. Na elaboração dos projetos deverão ser considerados principalmente os requisitos de segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público, economia na execução, possibilidade de emprego de mão de obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço, adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas e impacto ambiental.

- 23.4 Os trabalhos de campo (topografia e geotécnica) podem ser apresentados nos modelos padrão da Codevasf (planilhas, cadernetas, boletins de sondagens, ensaios, etc.) ou em modelos que incluam todas as informações do padrão estabelecido.
- 23.5 As especificações, normas de medição e pagamento e orçamento de obras seguirão, no que couber, ao caderno de encargos, ao cadastro de preços unitários e aos modelos de quadro padrão da Codevasf.
- 23.6 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado, independente de transições.

ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- ANEXO I – JUSTIFICATIVAS
- ANEXO II – PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO REFERÊNCIA
- ANEXO III – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL
- ANEXO V – PLANILHA DE CUSTOS EM BRANCO
- ANEXO VI – MATRIZ DE RISCO